

Atenção secundária em saúde bucal no RS: descrição da produção especializada em municípios com CEOs a partir do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS

SPOHR, Andressa Raquel¹; Chisini, Luiz Alexandre; BIGHETTI, Tania Izabel²

¹Faculdade de Odontologia UFPel; ²Faculdade de Odontologia UFPel, Departamento de Odontologia Social e Preventiva. taniabighetti@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As últimas duas décadas foram anos de extrema importância e de mudança na saúde pública do Brasil. Em 1994, quando o Programa Saúde da Família (PSF) foi apresentado, iniciou-se uma estratégia de consolidação do SUS (Machado, 2011). O Brasil Sorridente, fazendo parte dessas novas políticas, visou contemplar a saúde bucal. Além disso, propôs um modelo de atenção à saúde que se baseou na universalidade, integralidade e na equidade. Além da reorganização da atenção básica, a ampliação e a qualificação da atenção especializada por meio da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e Laboratórios regionais de Prótese Dentárias (LRPD) fazem parte desse programa.

Os CEOs caracterizam-se como estabelecimentos onde serviços de média complexidade são oferecidos, servindo assim de referência para unidades básicas de saúde (UBS) que encaminham pacientes com tais necessidades. Por sua vez, os CEOs devem estar vinculados ao cadastro nacional de estabelecimentos de saúde (CNES) (Brasil, 2008). A portaria Nº 1464, de 24 de junho de 2011, que institui o financiamento dos CEOs apresenta alguns procedimentos mínimos que devem ser ofertados à população dentro das seguintes áreas: diagnóstico bucal, periodontia especializada, cirurgia oral menor e endodontia. O monitoramento da produção consiste, necessariamente, na análise de uma produção mínima mensal verificada por meio do Sistema de Informação Ambulatorial do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS). O objetivo do presente estudo foi, então, avaliar a produção odontológica especializada nos municípios do Rio Grande do Sul com CEOs, a partir de dados secundários do SIA/SUS.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Foi conduzido um estudo do tipo transversal descritivo com a coleta de dados secundários e a variável de interesse foi a produção especializada dos municípios com centros de especialidades no estado do Rio Grande do Sul. Realizou-se um levantamento dos CEOs credenciados no CNES e de suas portarias de habilitação. Os municípios nas quais as portarias ministeriais de habilitação foram posteriores ao ano de 2010 não fizeram parte da amostra. Realizou-se então, o levantamento a partir do DATA-SUS, item assistência à saúde, subitem produção ambulatorial, destes municípios. Para os procedimentos anteriores a 2007, utilizou-se a seleção

“Produção Ambulatorial - de 1994 a 2007” onde foram selecionados os procedimentos não básicos. Para os procedimentos a partir de 2008 utilizou-se seleção “Produção ambulatorial, por local de atendimento - a partir de 2008” onde foram selecionados todos aqueles procedimentos descritos na Portaria Ministerial nº. 1464 de 2011. Uma série histórica dos procedimentos especializados de cada cidade foi criada, levando-se em conta, como data inicial, a data da portaria de homologação de cada município. Posteriormente os dados foram tabulados no programa *Microsoft Excel 2010* e analisados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

. Dos dezessete municípios analisados cinco diminuíram a produção especializada no último ano (Caxias do Sul, Ijuí, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana) quando comparada com a produção anterior a portaria habilitadora referente a cada município. São Borja, Alvorada e Canoas foram os que, respectivamente, obtiveram os maiores crescimentos. O município de Lajeado foi aquele que mais registrou procedimentos especializados no último ano analisado (15.558 procedimentos), superando a cidade de Porto Alegre (12.491 procedimentos).

Tabela 1 - Municípios cadastrados no CNES e suas respectivas portarias habilitadoras.

Municípios com CEOs Habilitados no RS	Portaria Habilitadora
01 Alvorada	680/2006
02 Bagé	2192/2004
03 Cachoeirinha	87/2006
04 Canguçu	2129/2005
05 Canoas	118/2006
06 Caxias do Sul	770/2004
07 Ijuí	3242/2009 e 117/2006
08 Montenegro	118/2006
09 Panambi	2192/2004
10 Porto Alegre	770/2004, 770/2004, 117/2006 e 117/2006
11 Santa Maria	2443/05
12 Santiago	118/2006
13 Santo Ângelo	117/2006
14 Uruguaiana	2192/2004
15 Lajeado	680/2006
16 Nonoai	247/2010
17 São Borja	82-10/01/07
18 Gravataí (excluído da amostra)	2199/AGOSTO DE 2010
19 Bento Gonçalves(excluído da amostra)	584/MARÇO DE 2011
20 Alegrete (excluído da amostra)	2199/AGOSTO DE 2010
<i>Fonte: CNES</i>	

4 CONCLUSÃO

Pode-se concluir, que aproximadamente 33% dos municípios gaúchos diminuíram sua produção odontológica especializada ou não lançaram no sistema de informações, mesmo após habilitação dos CEOs. Estes resultados devem ser

complementados por novos estudos e averiguado pelos gestores, por ser esta uma das formas institucionais de avaliação dos CEOs.

5 REFERÊNCIAS

Machado, Cristiani Vieira. Baptista, Tatiana Wargas de Faria. Nogueira, Carolina de Oliveira. Políticas de saúde no Brasil nos anos 2000: a agenda federal de prioridades. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.27, n.3 p.521-532, 2011.

Brasil. Cadernos de Atenção Básica Série A. Normas e Manuais Técnicos. n.17 p.92. 2008

Ministério da Saúde. Portaria nº. 1464 de 2011. Altera o Anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas. Diário Oficial da União 2011.

Ministério da Saúde. Informações de saúde. Acessado durante o ano de 2011. [online] Disponível em <http://www.datasus.gov.br>